



Programa
Educação
para a
Cidadania
Planetária

Formação de educadores/as, estudos e pesquisas sobre Educação Integral na perspectiva Intertranscultural e Transdisciplinar

(versão simplificada)

Duração: Maio de 2009 a Abril de 2012 (36 meses)

1. APRESENTAÇÃO

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. (...) Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.”

Preâmbulo da Carta da Terra

O *Programa de Educação para a Cidadania Planetária (PECP) - Formação de educadores/as, estudos e pesquisas sobre Educação Integral na perspectiva Intertranscultural e Transdisciplinar* se propõe a construir novos referenciais prático-teóricos para a definição de políticas curriculares voltadas para uma Educação para a Cidadania Planetária.

É um programa internacional, cujo embrião surgiu durante o *Fórum Social Mundial* de 2007, no Quênia. Reúne Brasil, Argentina, Portugal, Itália e Espanha, em busca de um intercâmbio nacional e internacional que identifique, aproxime e articule, a partir de suas diferenças e especificidades, experiências de formação inicial, continuada e de pesquisa em Educação Integral, com ênfase na gestão curricular sob a perspectiva Intertranscultural. O ponto de partida para esse intercâmbio será a interação de questões e dilemas socioeconômicos, socioambientais e socioculturais, no contexto da cidadania planetária, sempre respeitando e valorizando as diferentes culturas e as particularidades de cada país.

As ações do PECP acontecerão simultaneamente no campo da **pesquisa** e da **formação** de educadores/as¹ e gestores educacionais/comunitários. Serão envolvidos nessas ações representantes das equipes locais (nacionais), pessoas integrantes da *Universitas Paulo Freire (Unifreire)*² e de universidades e/ou instituições de pesquisa e de ensino superior e, em situações especiais, de outros níveis de ensino. Numa primeira fase, o foco será a investigação e a produção de métodos e materiais, num processo de auto-formação permanente e de formação coletiva continuada.

A formação está prevista para ocorrer nas modalidades de educação Infantil (Portugal); ensino fundamental (Brasil, Espanha, Itália e Portugal); ensino médio (Espanha e Itália); educação de Jovens e Adultos (Argentina, Espanha e Portugal) e ensino superior (Argentina, Espanha e Portugal). É importante frisar que todos os países prevêem a articulação do ensino escolar com o não escolar em diferentes contextos de educação popular.

¹ Para fins deste Programa, utilizaremos a expressão “educadores” como os sujeitos partícipes de todo e qualquer processo educativo nas dimensões escolar e não escolar.

² A Unifreire é resultado de uma caminhada de sonhos e idéias que têm sua origem na organização das cátedras Paulo Freire. Inspirada no legado do educador Paulo Freire, tem por missão interconectar, integrar e fortalecer a comunidade freiriana pelo mundo por meio de articulação de cátedras, institutos e outros centros nacionais, internacionais de tradição freiriana e desenvolver projetos de formação e pesquisa em parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, com vistas à construção da cidadania planetária.

2. CONCEITOS E EIXOS DE PESQUISA

Qual a característica de uma “Educação para a Cidadania Planetária”? Como ele se concretiza nos contextos sociais? Quais as suas semelhanças, diferenças, conexões, complementaridades e possíveis comparações prático-teóricas?

Para responder a essas questões, a Equipe de Trabalho 1 (Brasil) definiu os seguintes eixos prático-teóricos e conceitos fundantes: Cidadania Planetária, Educação Cidadã (incluindo Educação Intertranscultural, Intertransdisciplinaridade e Educação Integral), Educação Popular e Pesquisa Participante. Eles serão apresentados abaixo, lembrando que tratam-se de conceitos em construção, portanto inconclusos, que têm como base as discussões acumuladas e contribuições de vários autores.

2.1 Cidadania Planetária

A cidadania planetária implica consciência de que somos todos habitantes de uma única morada, a Terra: um superorganismo vivo, rico em sua diversidade e em permanente transformação, que, como todos os seres vivos, possui história e é finito. A cidadania planetária constrói e consolida a cumplicidade e a aliança de compromissos com práticas sustentáveis, visando à preservação da nossa morada única, promovendo o compromisso ético com nós mesmos, com a vida da Terra e com as gerações futuras.

Um cidadão planetário é um “sujeito aprendente” e uma “pessoa educadora” ao longo de toda a vida. É uma pessoa criticamente leitora, criativa e ativamente autora de/em seu mundo, que inclui desde a dimensão local – onde se vive, aprende, ensina e atua – quanto a dimensão mais ampla e aberta: planetária.

Questões problematizadoras

1. O que efetivamente caracteriza a cidadania planetária?
2. Como as ações educativas que praticamos e que temos pesquisado têm feito a conexão entre saberes e práticas locais com a sua dimensão planetária?

2.2 Educação Cidadã, Educação Intertranscultural e Intertransdisciplinaridade

A Educação Cidadã nasce no contexto do movimento da Educação Pública Popular e se inscreve, historicamente, em oposição aos pressupostos e às práticas educativas neoliberais. Reafirma o sentido eco-político-pedagógico da educação e considera a escola e a comunidade como espaços públicos privilegiados *de* e *para* o exercício crítico, ativo e criativo da cidadania. Esta, por sua vez, vai sendo construída na “experiência tensa da democracia”, entre sujeitos que se humanizam e que se reconhecem, respeitam e valorizam-se ao mesmo tempo em suas diferentes diferenças e múltiplas semelhanças. A Educação Cidadã se constitui em cinco eixos bem delimitados: 1. Relações humanas e de aprendizagem; 2. Gestão democrática e parcerias comunitárias e sociais; 3. Gestão sociocultural e socioambiental das aprendizagens; 4. Avaliação dialógica continuada e formação humana; 5. Projeto eco-político-pedagógico da escola.

O eixo de Educação Cidadã inclui ainda três conceitos-chave:

a. A *Educação Intertranscultural* refere a todo processo educacional intencional que tem como ponto de partida as pessoas, os coletivos humanos e as relações interculturais que eles estabelecem entre si e com o mundo em que vivem. Nasce do reconhecimento das histórias de vida, das culturas e das identidades das pessoas, considerando as suas diferentes diferenças e múltiplas semelhanças. Na perspectiva teórico-curricular, inscreve-se

no movimento de educação crítica, pós-crítica e emancipadora. Procura resgatar a complexidade dos conhecimentos e dos saberes acumulados pela humanidade, buscando superar as dicotomias que resultam da desinformação, do fundamentalismo de todo tipo. Isso significa caminhar “entre”, “ao mesmo tempo” e “para além” das históricas visões particularistas ou universalistas que resultam de diferentes interesses de pessoas, grupos e instituições.

b. A *intertransdisciplinaridade* nasce da integração disciplinar e das possíveis conexões inter e transdisciplinares, propondo e valorizando atividades resultantes do encontro criativo, complementar e não antagônico das várias ciências, manifestadas pelas diferentes sociedades em nível local e planetária. A concretização da Educação Intertranscultural exige um permanente movimento de diálogo, de investigação e de ação-reflexão-ação na construção do currículo com as diferentes comunidades educativas, escolares e não escolares, científicas, culturais, transcendentais, entre outras.

c. A *Educação Integral* é voltada à formação integral da pessoa, valorizando a multidimensionalidade dos saberes. Ela busca superar a fragmentação do conhecimento em disciplinas escolares estanques e a separação entre conhecimento e sujeito, e entre este e sua realidade histórica. A Educação Integral também amplia o tempo de permanência dos alunos na escola, propondo uma jornada escolar diária mais diversificada e de tempo ampliado, capaz de promover com efetiva qualidade sociocultural e socioambiental as múltiplas funções atribuídas socialmente à escola na direção de um projeto de sociedade intencionalmente estabelecido.

Questões problematizadoras

1. Como trabalhar com cultura e diversidade diante das adversidades socioeconômicas, socioambientais, socioculturais e políticas no atual contexto nacional e internacional?
2. Como extrair das relações intertransculturais atividades efetivamente intertransdisciplinares, contemplando, ao mesmo tempo, demandas da educação integral, escolar e não escolar? Qual é o limite ético do respeito às culturas?

2.3 Educação Popular

A Educação Popular é uma concepção de educação que foi constituída a partir e com as lutas por justiça social e emancipação das classes populares nos últimos dois séculos. Refere-se a processos político-pedagógico, escolares e não-escolares, desalienadores e comprometidos com a mobilização e organização das classes populares, com a construção de uma consciência crítica e com o fortalecimento do poder popular, democrático e compartilhado. Isso implica uma reflexão crítica sobre a prática, com rigor metodológico e investigativo, como também a participação política em espaços de construção e mobilização social, tais como: a) no espaço escolar - aprofundamento da relação escola-comunidade, como também democratizar a gestão político-pedagógica e administrativa e da participação infante-juvenil; b) nos governos populares e nos projetos de ONGs - participação e incentivo para que o coletivo garanta o controle social das políticas públicas e atue nos espaços de democracia participativa – conselhos e fóruns; c) nos movimentos sociais, sindicatos e associações – promoção da formação política e das estratégias de luta.

Questões problematizadoras

1. Qual é a relação da educação popular com os espaços escolares? Como tem sido desenvolvida em suas experiências atuais?

2. As categorias que constituem a concepção freiriana e histórica de educação popular – análise de conjuntura, leitura do mundo, dialogicidade, conscientização, práxis, temas geradores e círculo de cultura – são evidenciados no cotidiano educacional? Como? O que essas categorias tem potencializado ou recriado? Quais os desafios?

2.4 Pesquisa Participante

A pesquisa participante é uma concepção teórico-metodológica de investigação social por meio da qual se constrói conhecimento crítico da realidade com a participação dos envolvidos no processo, visando um ensino e aprendizagem comprometidos com a transformação social na perspectiva da autonomia dos sujeitos e da construção coletiva. Trata-se de uma abordagem em que o pesquisador e grupos populares constroem conhecimento, criam e recriam a realidade, participam do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seus saberes reposicionando-se no contexto histórico. Pesquisador e pesquisados são sujeitos cognoscentes e a realidade o elemento cognoscível a ser compreendido criticamente e transformado. A pesquisa participante insere-se na pesquisa teórico-prática, ligada à práxis, ou seja, que produz conhecimento interessado, rigoroso, para fins de intervenção. Por sua natureza dialética, é um processo permanente, pois seus resultados e ações revelam novos problemas, desafios, outras investih<http://www.cenpec.org.br/modules/home/gações> e novas possibilidades de transformação.

Questões problematizadoras

1. Como promover, no contexto das ações do Programa Educação para a Cidadania Planetária, uma pesquisa em que os envolvidos se façam sujeitos e cidadãos ativos na construção do saber científico?
2. Como a pesquisa participante pode favorecer e viabilizar pesquisas científicas que são realizadas, ao mesmo tempo, em contextos de educação escolar, não escolar, que mobilizam conhecimentos e saberes para além da própria ciência?

3. OBJETIVO GERAL

Este Programa busca respostas concretas e fundantes para as práticas relacionadas aos desafios curriculares transdisciplinares da educação escolar e não escolar, pública e popular, numa perspectiva intertranscultural. Pretende, além disso, contribuir para o debate atual sobre Currículo, que vem inquietando os sistemas educacionais hoje.

De forma mais ampla, a pesquisa quer identificar e sistematizar como o conceito de “Educação para a Cidadania Planetária” se caracteriza e se realiza em cada um dos contextos sociais participantes do Programa, identificando as suas semelhanças, diferenças, conexões, complementaridades e possíveis comparações teórico-práticas, seja no âmbito da educação escolar, seja no da educação não escolar, associadas ou não.

Serão constituídas equipes transdisciplinares de educadores/as e de outros profissionais para pensar e realizar, dialogicamente, a Educação Integral como processo de formação humana que se fundamenta na Educação Intertranscultural, visando à crescente construção de cidadanias planetárias. Com base nas relações, diferenças e semelhanças que as constituem, as equipes de trabalho devem pensar e propor a difusão de ações e materiais didático-pedagógicas fundados na transdisciplinaridade e nos processos assentados em relações objetivas, subjetivas e intersubjetivas entre educadoras e educadores escolares e não escolares, realizando de maneira efetiva um fazer educativo que busque articular os

diferentes saberes, conhecimentos e valores e criando novas referencialidades nas áreas da Educação e do Currículo.

Neste contexto, podemos formular da seguinte forma o objetivo geral do PECP: *“identificar e promover o intercâmbio de experiências educacionais de diferentes países, bem como realizar estudos conectivos e/ou comparativos sobre as mesmas, para a construção de novos referenciais prático-teóricos que caracterizem Educação para a cidadania planetária em diferentes contextos”*.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Constituir uma primeira equipe permanente de educadores/investigadores ligados direta e indiretamente às instituições parceiras deste Programa, nos países que dele participam, para propor e executar as atividades iniciais: realizar “leituras de mundo” preliminares dos contextos locais e planetários participantes.
2. Realizar estudos de aprofundamento relacionados às práticas contextualizadas a partir da “leituras de mundo” realizadas nos respectivos contextos nacionais e internacionais, configurando um processo de auto-formação investigativa e, a partir daí, a realização de estudos teóricos reflexivos.
3. Mapear experiências inovadoras que já vivenciem práticas curriculares intertransculturais.
4. Desenvolver planejamento curricular com possíveis integrações interdisciplinares iniciais e instrumentos de planejamento e avaliação dos processos de ensino-e-aprendizagem que atendam a perspectiva da cidadania planetária.
5. Produzir materiais e criar referencialidades práticos-teóricos sobre os seguintes temas: Currículo e Educação Intertranscultural, Intertransdisciplinaridade, Educação Integral, Educação Popular, Pesquisa Participante e Cidadania Planetária.
6. Organizar momentos de reflexão ampliada em nível local (em cada país) e também internacional, visando à participação em seminários, fóruns e congressos relacionados à temática deste Programa, bem como encontros virtuais à distância, como forma de socializar, processualmente, as experiências de investigação e de formação com profissionais das diversas áreas do conhecimento/saberes.
7. Refletir e elaborar materiais específicos sobre os eixos e núcleos curriculares, com base em estudos relacionados às atuais disciplinas e áreas do conhecimento convencionais, para o aprofundamento constante do trabalho de formação de educadores e gestores educacionais escolares e não escolares com vistas ao alargamento desse mesmo currículo e suas conexões/interfaces intertransdisciplinares. Esse material deve voltar-se diretamente à prática educacional desenvolvida em sala de aula e/ou em centros comunitários vinculados ao Programa.
8. Ampliar a experiência e desenvolver o Programa junto a unidades educacionais e núcleos educacionais escolares e não escolares, públicas e/ou privadas, como forma de sedimentar os resultados alcançados, bem como formular critérios de avaliação desse novo contexto intertranscultural.
9. Oferecer contribuições às políticas educacionais e desenvolver estratégias de intervenção nos Sistemas Educativos dos diferentes países, respeitando, evidentemente, as suas especificidades e demandas.

5. METODOLOGIA

A metodologia a ser usada nas investigações será a da pesquisa participante, que tem como base o envolvimento dos membros da comunidade investigada como participantes e pesquisadores, desde a etapa inicial do Programa. Assim, eles tornam-se autores-atores-sujeitos de sua própria ação.

Nesta abordagem, a distinção entre pesquisador e pesquisado tende a desaparecer, e os rumos da investigação são definidos em diálogo entre os envolvidos, num movimento contínuo de ação-reflexão-ação. A pesquisa deixa de ocupar um lugar frio e distante da realidade para exercer um papel protagonista na construção de novos paradigmas. Além disso, a pesquisa participante possibilita uma prática democrática que determina o marco ético do projeto: a um só tempo investigação e prática de formas novas de pensar e realizar a educação.

É importante salientar que a pesquisa participante poderá ser combinada a outras referências metodológicas que se fizerem necessárias, de acordo com os respectivos contextos locais.

Considerando que este Programa propõe importantes inovações conceituais e metodológicas, será necessária uma equipe técnica e docente disposta a repensar o planejamento e desenvolver novos recursos e práticas alinhadas com essas inovações.

Além disso, por se tratar de um Programa de alcance internacional, torna-se necessário contar com um Colegiado Internacional que se articule permanentemente, seja com base nos encontros virtuais e na comunicação permanente, à distância, seja com base nos encontros presenciais, previstos ao longo do desenvolvimento do Programa. Este Colegiado Internacional será composto por um coordenador de cada país, além de uma Coordenação Geral a cargo do Instituto Paulo Freire (IPF Brasil), que ficará responsável pela gestão pedagógica, administrativa e financeira do Programa – respeitadas as iniciativas, as demandas e o indispensável nível de responsabilidade e autonomia local.

Estão previstos três encontros internacionais (que devem ocorrer entre 2010 e 2011), com o objetivo de trocar experiências e criar uma sintonia mínima entre os países.

Avaliação

O PECP prevê duas fases distintas e complementares de avaliação:

1. *Avaliação Dialógica Simultânea*: será realizada de forma concomitante com a realização das atividades do programa, a partir de observações e das auto-avaliações das equipes participantes. Buscar-se-á acompanhar o nível de envolvimento e participação de cada um, e os resultados imediatamente obtidos.
2. *Avaliação Final*: esta segunda fase da avaliação ocorrerá ao final de cada bloco – bimestre ou trimestre letivo, respeitadas as especificidades de cada país e o ritmo de cada Equipe de Trabalho -, quando o projeto poderá ser revisto e modificado visando à sua continuidade ao longo do ano letivo e de toda a sua duração.

Parte do processo de avaliação será feita também à distância, com base nos encontros virtuais – no mínimo, um por trimestre, em teleconferências e *chats* previamente organizados.

7. PRODUTOS

Ao final do sexto mês de pesquisa e formação, teremos como primeiros produtos deste Programa:

1. Produção bibliográfica (3 livros bilíngües – português e espanhol) e um DVD relacionados aos temas de formação e de Pesquisa, criando novas referencialidades teórico-prática sobre: Educação e Currículo Intertranscultural; Educação Integral; Práticas Transdisciplinares; Educação Popular Comunitária, Pesquisa Participante e Cidadania Planetária.
2. Sínteses e materiais de divulgação, banco de dados, plataforma de aprendizagem e relatórios de educação a distância sobre o tema geral do Programa;
3. Boletins, relatórios, levantamento de títulos que devem ser estudados, cronograma de trabalho com datas e agenda das reuniões de formação e pesquisa da ET1, ET2 e ET3 – como forma de registro e desenvolvimento de metodologia de pesquisa inovadora com dimensões internacionais (numa perspectiva intertranscultural);
4. Constituição de rede de pessoas e instituições para fomentar e potencializar novos, atuais e futuros avanços relacionados à pesquisa e à formação prevista neste programa;
5. Publicações parciais e final com o resultado dos processos de planejamento, execução e avaliação do Programa, incluindo materiais didático-pedagógicos produzidos em cada um dos países para a socialização também destas experiências;
6. Cadernos de formação para as ET2 dos respectivos países, visando à fase 2 do Programa, incluindo toda a proposta metodológica do Programa e os textos referenciais para as formações que acontecerão, bem como os instrumentais de investigação (pesquisa participante) das etapas 2 e 3;
7. Organização da Plataforma de aprendizagem para socialização de informações e educação a distância, que já deverá estar à disposição do Programa a partir da fase 2;
8. Produção de material didático – livros e apostilas - e de registro das experiências (com foco na elaboração de material didático crítico e criativo oposto à produção de materiais didáticos descomprometidos de uma formação humanista e planetariamente cidadã). Estes materiais didáticos terão um cuidado especial em relação à linguagem – valorizando, por exemplo, as diferentes linguagens artístico-culturais e a integração de diferentes conhecimentos e saberes próprios de cada região e grupos/culturas locais;
9. Criação de comunidades virtual e redes de comunicação, propiciando e dinamizando o elo entre os participantes locais e entre os grupos partícipes do Programa;
10. Criação de dossiês com o registro de todo o processo do Programa.
11. Portal do Programa Educação para a Cidadania Planetária, aberto e conectado ao site de todas as instituições participantes de Projetos e programas relacionados aos estudos da cidadania planetária nos vários países.
12. Minuta de proposta de currículo intertranscultural com princípios e valores universais, que possam ser comuns aos sistemas de ensino em vários países do mundo, escolares e não escolares – e que sirvam como referência e estímulo ao diálogo internacional visando à cultura da paz , da sustentabilidade e à cidadania planetária.

8. AUTONOMIA PEDAGÓGICA E FINANCEIRA

Cada localidade desenvolverá ações previstas de acordo com o seu ritmo, suas condições de trabalho, suas equipes e sua organização específica local, sempre buscando respeitar o cronograma geral do Programa. Nesse sentido, os cinco países ficarão responsáveis por organizar e coordenar um encontro local, além da sua participação nos encontros internacionais.

Também para facilitar a execução do Programa, cada país terá autonomia financeira, levando em conta as suas características locais, as suas potencialidades etc. Mesmo que se consiga um financiamento global para o Programa – o que caberá a todos buscar, o ideal é que cada Instituição assuma jurídica e processualmente, em cada país, a responsabilidade pela execução e avaliação do mesmo, em sua esfera nacional. É mantido, porém, o cumprimento do cronograma geral, visando a que todas as suas etapas sejam o mais que se puder dialogantes entre si.

Cada país e suas respectivas instituições participantes poderão também buscar financiamentos em nível local, procurando, no entanto, favorecer, com tais recursos, os intercâmbios internacionais previstos (no mínimo de 3 encontros presenciais e demais encontros a distância), bem como a criação de um banco de dados permanente e uma plataforma virtual que agilize e facilite a comunicação e socialização das experiências entre os vários países.